

## **“A MIS EN XPO. MUY AMADOS PADRES Y HERMANOS DELA COMPANÍA DE JESU”. A ESCRITA JESUÍTICA SEGUNDO INÁCIO DE LOYOLA.**

Luiz Fernando Medeiros Rodrigues \*

**RESUMO:** A dinâmica expansão da Companhia como um coletivo humano vigoroso por toda a Europa, América e parte das Índias necessitava de canais e vias de comunicação que conservassem a homogeneidade do grupo de jesuítas disperso. A correspondência epistolar aparece como meio privilegiado para conservar e aumentar a relação da “*cabeça com os membros e dos membros entre si*”. A epístola jesuítica, para além da *consolação* e da *mútua edificação*, é antes de tudo *pragmática*, cujas comunicações são voltadas essencialmente para a ação. O presente artigo tem o objetivo de explicitar a originalidade do modelo epistolar jesuítico, enquanto instrumento de dinamismo missionário individual e do corpo da Companhia, na medida que este influía nas determinações das instruções e facilitava as suas aplicações, segundo o modelo, “*governar escrevendo e escrevendo governar*”.

Palavras chaves: Companhia de Jesus – Cartas Jesuíticas – Edificação – Escrita Colonial

**ABSTRACT:** The dynamic expansion of the Company as a collective human force throughout Europe, Latin America and part of the Indies needed lines of communication channels to retain the homogeneity of the dispersed group of Jesuits. The written correspondence appears as a privileged means for conserving and enhancing the relationship between “*head and members of the members among themselves*”. The Epistle Jesuit, in addition to *mutual edification* and *comfort*, is above all pragmatics, whose communications are directed primarily to action. This article aims at to explain the originality of the epistolary Jesuit model, missionary zeal as a tool for individuals and the body of the Company to the extent that this influenced the determinations of the instructions and facilitated their applications, according to the model, “*rule writing and writing rule*”.

### **Introdução**

Com estas palavras, o padre Juan de Azpilcueta escrevia, em 1551, da “vaya de todos los santos”, a sua carta para os jesuítas de Coimbra<sup>1</sup>. Cumpria, assim, as instruções de Inácio de Loyola para que todos os jesuítas, especialmente os enviados às missões, dessem regularmente conta si próprio, do próximo e da Companhia.

---

\* PPGH - UNISINOS

A atenção que o jesuíta precisava ter em relação à cabeça da Companhia e a sua atitude para com o corpo apostólico no seu conjunto remetem, entre outros aspectos, ao ato de escrever e fazer circular as notícias dignas de edificação, tanto para a própria Companhia, quanto para os externos.

Este artigo examina as instruções de Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, aos primeiros jesuítas missionários do séc. XVI, sobre a importância da escritura e da circulação de notícias tanto *ad intra*, quanto *ad extra* do corpo da Companhia. Dispersos na *seara do Senhor*, Inácio via na correspondência a base para a união dos jesuítas entre si e com os seus superiores. A rede de informações, que pouco a pouco se formará com a circulação da correspondência jesuítica, servirá para que a Companhia faça uma contínua revisão do trabalho feito e estabeleça a previsão sobre o futuro, lançando as bases para um novo método de governo de uma ordem religiosa, essencialmente voltada para a ação missionária.

### **A correspondência epistolar**

Inácio de Loyola não foi alheio à cultura epistolar do seu tempo. Desde a sua formação administrativa em Arévalo (1506-1517), sob a tutela de D. Juan Velázquez de Cueller, Contador Maior do rei de Castilha, Inigo teve contato com as práticas epistolares. Ali desenvolvia as tarefas de oficial de “péñola”, *i.e.*, ajudante dos escrivães. Pela *Autobiografia* sabe-se que Inácio era um bom escritor. E, durante o seu período romano (1540-1556) como geral da Companhia, teve a oportunidade de fixar ainda mais as características formais esta sua primeira etapa de formação castelhana.

O epistolário inaciano é um dos mais numerosos conservados na história das letras européias. O número das cartas escritas ou assinadas por ele varia entre os estudiosos, talvez em função das respostas que se incluíam ou não e outros pequenos documentos. Para dar uma idéia, estas compreendem um total de 6.742 documentos (6.799 quando se contam também os apêndices), das quais 5.301 são dirigidas a jesuítas e 1.514 a não jesuítas.

As Constituições da Companhia abrangem, no detalhe, todos os aspectos da vida do jesuíta. Através dos seus decretos, Inácio de Loyola fez o máximo esforço para dar conselhos, úteis e necessários, aos jesuítas. Mas também era seu desejo conhecer quanto estes faziam nas suas missões.

Em 1543, num escrito a Nicolau Bobadilla<sup>2</sup>, então em missão na Alemanha, aparece muito claramente o interesse de Inácio em ter notícias. Bobadilla se lamentara com Inácio do

modo com o qual lhe tinha escrito muitas cartas e deixara entender a Inácio que não tinha tempo para ler tantas coisas. A resposta de Inácio foi:

*Vós não vos dignais de ler as minhas cartas porque vos falta o tempo para isto, a mim, por graça de Deus N[osso] S[enhor], fica-me o tempo e a vontade de ler e reler todas as vossas cartas [...]. Por isto, peço-vos por amor e reverência de Deus N[osso] S[enhor] que me indiqueis o melhor modo que devo usar no escrever-vos, ou pessoalmente ou por meio de um outro, porque, sem errar, possa agradar-vos em tudo. [... Entretanto,] peço-vos que me escrevais o melhor que possais, como muitas vezes vos tenho pedido e instado, a agora, novamente, suplico-vos no Senhor Nosso<sup>3</sup>.*

Os especialistas em história da Companhia de Jesus concordam que Bobadilla, com o seu caráter difícil, era uma exceção no que dizia respeito à correspondência. O certo é que Inácio desejava ter notícia de todas as coisas que os jesuítas faziam em suas missões, qualquer que fosse o seu caráter. A correspondência servia para que Inácio se mantivesse em contato com os membros da Companhia. Daí a recomendação aos jesuítas, repetida muitas vezes e em diversos modos, que escrevessem a Roma, para mantê-lo ao corrente dos fatos e das situações de importância.

Uma carta circular de 27 de julho de 1547, enviada a todas as casas da Companhia, indica os motivos para que o jesuíta se empenhe seriamente na tarefa da correspondência. Polanco<sup>4</sup>, secretário de Inácio, que escrevia em seu nome e por seu encargo, envia aos jesuítas com a seguinte instrução:

*Parece-me que os mercadores e os comerciantes do mundo nos fazem envergonhar neste setor. Estes, pelos seus míseros interesses, com tanta solitação e acordo, servem-se da correspondência e escrevem livros para seguirem com melhor atenção as coisas de pouca conta. E nós, para os problemas espirituais, cujo interesse é a nossa salvação eterna e aquela do próximo e a maior glória e honra divina, colocaremos, de má vontade, pouca diligência e acordo no escrever, sabendo que isto nos será de grande ajuda?<sup>5</sup>*

Polanco chama a atenção dos jesuítas para o fato de que existem motivos e vantagens em se escrever cartas. Alguns destes serão fixados como normas nas Constituições da Companhia, como por exemplo: a consolação e mútua edificação, a união dos membros da Companhia e a possibilidade de darem e receberem conselhos e ajuda oportuna<sup>6</sup>. Tais motivos deveriam estimular os jesuítas a fomentarem a correspondência entre si e com o governo da Companhia.

Escrever, para o jesuíta, não é meramente um ato de informar, mas também de zelar pela união da Companhia. A força de coesão derivante e a mútua amizade entre os jesuítas, em tal

modo, são conservadas e continuamente reavivadas. Através do exercício da correspondência acontece uma mútua emulação do bem, dada a extrema importância do exemplo, da edificação. Tem-se, por exemplo, uma confirmação contra a inconstância da própria vocação, diante da fadiga e dos trabalhos da missão. A circulação dos “frutos espirituais” entre os missionários, e dos missionários com os demais jesuítas na Europa, são um testemunho da aprovação divina. Consequentemente, o jesuíta experimenta a providência de Deus e cresce na esperança e na sua adesão a Ele.

Outro “motivo-vantagem” do escrever é a humildade, produzida e alimentada pela consideração de que quanto trabalho o jesuíta passa e faz na missão, e que Deus se serve destes co-irmãos missionários. Disto decorre o crescimento do “bom odor” da Companhia, muito almejado para os fins a que ela se propõe. Aumenta também o número das vocações, sobretudo dos que querem ser destinados às missões, depois de terem lido os relatos das cartas dos jesuítas das missões. Por outro lado, muitos missionários, por causa da solidão e do desgaste físico e psicológico do excesso de atividade apostólica, sentem a necessidade de receberem conforto e a ajuda de conselhos sobre o melhor modo de proceder<sup>7</sup>. Daí que a troca de notícias por via epistolar traz consigo novo ânimo e recíproca consolação. O dever comunicar qualquer fato digno de ser escrito estimula o jesuíta a crescer no seu empenho na missão. As notícias transmitidas são um conforto aos amigos e benfeitores da Companhia e dão a possibilidade de se ganharem outros. Em fim, tal rede de comunicação ajuda a fazer o discernimento mais oportuno sobre o trabalho realizado e sobre o que fazer neste ou naquele caso específico.

Outro estímulo ao jesuíta a ocupar-se com diligência da correspondência vem do *bem* que, deste modo, pode realizar em favor do próximo. Ou seja, quando o missionário escreve, dá a conhecer quanto Deus está operando por meio dos jesuítas e de suas operações, e todos aqueles que lêem as suas correspondências naturalmente ficarão edificados e se sentirão encorajados a viver de consequência. Por outro lado, informando aos superiores, seja no próprio Brasil, seja em Lisboa ou em Roma, aquilo que *se faz pelo próximo e em favor deles*, podem receber diretivas e orientações que ajudem cada vez mais a *prossequir, melhorar ou reorientar* a própria atividade missionária.

O *bem universal da Igreja* representa um outro motivo para que o jesuíta se sinta estimulado a se dedicar com empenho e regularidade ao exercício das letras. De fato, recebendo informações de várias partes, o superior tem condições de fazer uma visão global da situação eclesial-missionária e, desta forma, poder responder com maior eficácia às necessidades, canalizando as forças humanas e bens disponíveis para onde mais fossem necessárias, segundo o princípio inaciano do *magis*.

Finalmente, o último motivo que deve levar o jesuíta a se dedicar com igual ardor apostólico à escritura epistolar é proposto da *sua relação direta com Deus*. Imbuído de trabalhar *ad maiorem Dei gloriam*<sup>8</sup> o jesuíta, movido por quanto seus companheiros lhe escrevem, tem a ocasião de interceder junto a Deus pelos seus companheiros de missão. Neste sentido, o ato de escrever, especialmente no caso das cartas, torna-se uma ocasião de exercício de *via mística*, ora intercedendo pelos trabalhos e fadigas dos que se encontram em missão, ora agradecendo a Deus pelos favores concedidos aos companheiros e à Companhia. Desta forma, também aqueles que não se acham diretamente no apostolado missionário, unidos misticamente, se aproveitam dos seus ministérios, como se também eles participassem fisicamente da mesma missão, para a maior glória de Deus.

Um último encorajamento é proposto pelo exemplo do próprio Polanco e de seus colaboradores na secretaria romana da Companhia:

*Do momento que três ou quatro de nós nos ocupamos, de boa vontade, neste [ofício] de escrever, como no principal e quase único exercício, V[ossa] R[everência] não deveria pensar de ter feito uma grande coisa se gastasse um pouco de tempo e de trabalho neste setor tão necessário*<sup>9</sup>.

A primeira vista, pode parecer um pouco estranho que para recomendar um empenho tipicamente administrativo, como a atividade epistolar, se deve basear em elementos espirituais. Mas segundo a mentalidade inaciana, tudo aquilo que os membros da Companhia fazem deve partir de Deus, ser levado adiante com a sua ajuda e terminar nele. Aí sim, se compreende que entre os motivos-vantagens para se escrever tem como finalidade a união da Companhia, enquanto comunidade de amigos no Senhor; na recíproca ajuda ao bem; no crescimento do “bom odor” da Companhia e nos conseqüentes benefícios efetivos como o aumento de vocações e de edificação.

Um último detalhe sobre este ponto: no início destas instruções, o motivo do *dar exemplo* com o escrever era visto como um tácito convite proposto às pessoas externas à Companhia, ao terminar, é o próprio Polanco e os seus colaboradores se são apresentados como exemplo aos demais jesuítas. Eles são os que dedicam quase todo o seu tempo à atividade de escrever cartas, e, portanto, os demais jesuítas são convidados a escrever ao menos uma nos tempos e nos modos estabelecidos.

### **Conteúdo das cartas**

Se o jesuíta, por missão apostólica e via mística, deve dedicar parte do seu tempo à correspondência, então, quais devem ser os tópicos sobre os quais ele deve referir?

Em setembro de 1451, numa relação aos padres Broët e Salmerón<sup>10</sup>, Inácio de Loyola dá algumas indicações em propósito. Os dois jesuítas, enquanto núncios, deveriam fazer um relatório sobre o estado da religião católica na Irlanda, falando seja das autoridades eclesiásticas e leigas, seja do povo e da obediência de todos a Sé Apostólica.

Inácio instruía os dois jesuítas a avisar Roma sobre o comportamento das autoridades civis e eclesiásticas, caso perdurassem em comportamentos escandalosos. Além disto, como núncios, deveriam enviar um elenco de possíveis candidatos ao episcopado, motivando suas escolhas. E, finalmente, se necessitassem de qualquer coisa para o cumprimento de suas missões, que as mencionassem nos seus escritos<sup>11</sup>.

Na instrução de dezembro de 1542 aos padres Fabro e Jay<sup>12</sup>, missionários na Alemanha e em Trento respectivamente, Inácio indicava como argumento de suas cartas, as atividades apostólicas que desenvolviam.

Na circular de 27 de julho de 1547, dirigida a todos os membros da Companhia, detalhava-se bem mais o que o jesuíta deveria escrever nas suas cartas. O primeiro argumento dizia respeito a sua *atividade pastoral*. O jesuíta enviado em missão deveria relatar sobre as suas pregações, os seus ministérios sacramentais, as conversas espirituais, os estudos etc... Deveria acrescentar também, como nos referem às Constituições<sup>13</sup>, sobre os frutos alcançados nas suas atividades, por quanto fosse possível saber e que servissem à maior glória de Deus e para a edificação de quantos viessem a conhecer com a sua leitura.

Outros pontos a serem informados seriam: a ajuda que se lhes oferecia pelos responsáveis espirituais e temporais, e por parte de benfeitores; e as relações que estabelecessem com todos eles. Eventuais dificuldades e oposições encontradas na atividade missionária; a estima ou hostilidade da população pela Companhia; e, ainda, um juízo crítico do escritor sobre o próprio trabalho, ressaltando os aspectos positivos e negativos, de modo que se lhe pudesse oferecer ajuda.

As Constituições oferecerão um segundo argumento a ser relatado nos escritos dos missionários: sobre *as pessoas da Companhia*. Neste sentido, algumas informações bem precisas devem ser enviadas a Roma de cada parte da ordem: um elenco daqueles que entram na Companhia, daqueles que têm e fazem os votos, como também daqueles que pensam de fazer parte da Companhia e de suas qualidades (os noviços); das defecções e, se conveniente, também dos motivos que culminaram em suas saídas da Companhia. Igualmente, devem-se dar notícias sobre a saúde dos membros das comunidades e das eventuais dificuldades que enfrenta, ou

fatores negativos presentes na mesma. Estas informações formariam os futuros *catalogus primus, secundus ex triennialibus*. Tais elementos são os que se devem levar ao conhecimento dos superiores (ou do Padre Geral da Companhia, quando for o caso). Da mesma forma, indica-se que se fizesse um *menológico* ou *elencus defunctorum*, anotando as informações sobre a morte dos jesuítas e suas circunstâncias.

A *pessoa daquele que escreve* é o terceiro argumento sobre o qual também se deve informar os superiores. Este escreverá sobre a sua saúde física e espiritual, do seu modo de proceder. Destas coisas referirá os aspectos que poderão contribuir à edificação ou se a sua relação poderá eventualmente levar a sanar algum problema concreto<sup>14</sup>.

### **As cartas que se podiam mostrar e as confidenciais**

Mas como expor as informações pedidas pelos superiores? Seria conveniente escrever tudo em um determinado tipo de carta ou, talvez, fosse mais conveniente fazer uma distinção nos conteúdos a serem enviados em modos diferentes?

Já na primeira instrução aos núncios na Irlanda, aos padres Broët e Salmerón, em setembro de 1541, Inácio de Loyola escrevia sobre o modo com que os dois jesuítas deveriam escrever para informarem, a quem dever, sobre a sua missão.

O primeiro tipo de carta deveria conter as notícias que poderiam *edificar*, de tal forma que também pudessem ser publicadas a quantos se interessassem pela sua missão (*cartas edificantes*). Um segundo tipo refereria outras notícias, de modo menos oficial e mais confidencial<sup>15</sup>.

Esta mesma instrução é passada ao P. Simão Rodrigues<sup>16</sup>, superior da residência de Lisboa, no 1º de novembro de 1542:

*1º Nos escrevam uma carta que se possa fazer ver a todos: grandes, pessoas de meia idade e pequenos, e a pessoas boas e más, sem falar com dano de um ou do outro.*

*2º Em outras cartas que nos escreverá, poderá escrever com particulares de tudo o que quiser, julgando o que poderá aproveitar [para falar] da coisa que todos desejamos no maior serviço de Deus N[osso] S[enhor]<sup>17</sup>.*

Uma terceira instrução de 10 de dezembro de 1542, enviada ao P. Fabro na Alemanha, mas destinada a toda a Companhia, aprofunda esta duplicidade conteúdo em diferentes cartas. As cartas chamadas de *principais* se refeririam às atividades apostólicas e deveriam ser escritas com ordem e de tal forma que pudessem edificar os amigos e benfeitores da Companhia, os quais

desejavam conhecer a atividade dos jesuítas e ter informações sobre os progressos de suas missões. Se não houvesse fatos interessantes a serem transmitidos, então o missionário deveria escrever no geral, falando da sua saúde, das conversações mantidas com as pessoas, sem inserir considerações não pertinentes. Se tenha presente que tais notícias edificantes deveriam ser escritas com moderação e caridade, sobretudo ao se escrever de terceiros. Eventuais notícias não pertinentes, juntamente eventuais indisposições ou ânimos provados, novidades, etc..., deveriam ser referidas nas *hijuelas* ou cartas anexas às principais<sup>18</sup>.

Neste sentido, Inácio se lamentava que muitas vezes não podia mostrar as cartas dos nossos por falta de ordem na exposição das informações ou porque continham coisas não pertinentes, razão pela qual, via-se obrigado a deixar ler apenas uma parte do escrito que recebia, escondendo outra. Por isso, escrevia:

*[...] peço por amor e reverência de Deus N[osso] S[enhor], que no nosso escrever nos comportemos em modo tal de poder servir de forma maior a Sua Divina Majestade e fazer sim que os próximos se aproveitem mais [das cartas]<sup>19</sup>.*

Na mente de Inácio, a idéia central que deve estimular o ato de escrever do jesuíta ainda é o serviço a Deus e o bem do próximo. Ainda que o escrever possa parecer de pouca importância para o operário missionário, frente a tantas urgências que deve enfrentar cotidianamente, o ocupar-se da correspondência deve ser entendido como mais um instrumento de apostolado missionário e de proveito espiritual para o próximo.

*A este propósito [escreve Inácio], para evitar de errar, direi o que faço e espero de fazer, no Senhor, para o futuro, quanto à correspondência com aqueles da Companhia. A carta principal eu a escrevo uma primeira vez, narrando as coisas que dão edificação; depois a examino e corrijo e, tendo presente que todos a verão, escrevo-a uma segunda vez ou a faço re-escrever, porque precisa fazer mais atenção àquilo que se escreve do que àquilo que se diz; porque a escritura permanece e dá sempre testemunho e não se pode corrigir bem nem interpretar tanto facilmente como quando falamos. E também com tudo isto eu penso que falto muito e temo de faltar para o futuro [...] Nas cartas confidenciais ou anexas às principais, um pode escrever de pressa **ex abundantia cordis**, ordinariamente, ou menos, mas nas principais isto é inadmissível, sendo necessária uma atenção particular fazê-la pública e edificante<sup>20</sup>.*

Se tal indicação, de escrever duas vezes as cartas principais, em *bruta e bella* cópia, não fosse observada pelos jesuítas, Inácio dizia que seria: [...] obrigado a escrever-vos e a ordenar-vos por obediência [... e isto para] edificar os vossos irmãos e os outros próximos com as vossas



*cartas [... coisa] que é de não pouca importância para o proveito espiritual e consolação das almas*<sup>21</sup>.

Estas mesmas instruções, Inácio repete, em 1543, ao P. Bobadilla, e, em 1547, numa circular a toda a Companhia, volta a sublinhar a distinção entre as cartas principais e aquelas anexas. Se o missionário devesse escrever sobre as autoridades civis e eclesiásticas, então deveria usar as anexas para isto e não as principais. O uso da prudência era norma necessária, de tal modo que se a pessoa interessada conhecesse o conteúdo do escrito, não ficasse escandalizada. E caso fosse necessário escrever sobre coisas delicadas e que, absolutamente, fosse necessário dar notícia, o jesuíta deveria usar uma particular terminologia que fizesse entender aquilo que desejasse dizer<sup>22</sup>.

No tempo do Geral Cláudio Acquaviva (1581-1615), introduziu-se a correspondência cifrada<sup>23</sup>, cuja principal função era a *discreta charitas*.

A edificação, tal como aparece em outras instruções<sup>24</sup> e é fixada nas Constituições<sup>25</sup>, era o elemento para se ter presente sempre no momento de escrever qualquer carta, sobretudo as principais ou publicáveis.

Outro detalhe das instruções de Inácio aos primeiros jesuítas era que não se deixasse para escrever na última hora, mas que o jesuíta iniciasse com tempo a escritura das cartas, sobretudo daquelas que eram destinadas a serem remetidas a grande distância<sup>26</sup>.

Singular foi o caso do P. Giovanni Alvarez. Tomado pela pressa ou por motivos que desconhece, não colocou em prática tais instruções de Inácio, e, por isso, recebeu de volta a sua própria carta, sublinhada nas partes que deveria ter escrito em anexo<sup>27</sup>. Deste fato, compreende-se como determinadas cartas deveriam ser escritas de tal forma que pudessem ser mostrar a autoridades interessadas em notícias dos missionários.

### **Frequência no escrever**

Com que frequência estas informações deveriam ser registradas e enviadas? Se considerarmos os cuidados acima descritos, e as dificuldades de envio de correspondência nos primeiros anos dos jesuítas no Brasil, por exemplo, teremos uma idéia da necessidade de prover os missionários de uma instrução, ao menos em linha de máxima, para que de tanto em tanto absolvessem a tarefa de manterem uma comunicação com os superiores, seja em Lisboa, seja em Roma.

A organização da correspondência, no que diz respeito à frequência, se estabelece pouco a pouco. Para alguns, se recomenda que enviem notícias suas a Roma, seja das várias etapas da

viagem, seja das atividades empreendidas nas missões<sup>28</sup>. Para outros, apenas se instrui que uma vez chegado à destinação, dê notícias avisando da chegada<sup>29</sup>. Para outros ainda, especialmente os destinados a missões particulares, às vezes não recebem uma instrução precisa, mas apenas um convite a escrever regularmente<sup>30</sup>. Talvez, porque não se pudesse prever antecipadamente o desenvolvimento da viagem e as eventuais dificuldades que o missionário enfrentaria. Confiava-se no discernimento do missionário.

Como os critérios de discernimento não eram iguais para todos e a Companhia se estendia cada vez mais, advertia-se a necessidade de uma comunicação regular. Por isso, pensou-se em regras que fossem válidas para todos os jesuítas, de modo particular para os que tivessem maior estabilidade, como os jesuítas que vivessem nas residências ou nos colégios. Ordenou-se assim, várias vezes e em tempos diferentes, que aqueles que estivessem na Itália, escrevessem uma vez por semana; os residentes em outras nações européias, uma vez por mês; e os missionários nas índias, uma vez por ano.

Além disto, cada quatro meses, todos, exceto os jesuítas que trabalhavam nas Índias enviassem cartas com os acontecimentos edificantes que sucediam ou que tivessem sido esquecidos nas relações precedentes. Estas *cartas quadrimestrais* deveriam fornecer notícias úteis para a composição de um catálogo que permitisse apresentar o estado das pessoas da Companhia com as suas atribuições e qualidades, e que fosse continuamente *aggiornato*<sup>31</sup>. Estas normas encontram-se também nas Constituições<sup>32</sup>, um pouco modificadas, não impediam que aqueles que desejassem escrever o fizessem todas as vezes que julgassem oportuno. Neste caso, não deveriam esperar pelo tempo preestabelecido para o envio da correspondência ordinária<sup>33</sup>.

Como não houve regularidade no envio destas correspondências, em 13 de janeiro de 1550, enviou-se uma circular a todos os superiores da Companhia para chamar-lhe a atenção sobre a negligência no cumprimento destas instruções. Conseqüentemente, ordenava-se em santa obediência a todos os superiores da Companhia de seguirem fielmente a instrução de escreverem pessoalmente ou por meio de um outro jesuíta<sup>34</sup>, cada semana, mês e ano, conforme a distância<sup>35</sup>. Esta instrução de servir-se de um secretário para escrever a correspondência mais reserva ficou registrada nas Constituições, mas somente para o geral e os provinciais<sup>36</sup>.

A pouca regularidade na correspondência se verificava não apenas para o tipo de cartas acima descritas, mas também para aquelas quadrimestrais. E, para facilitar o trabalho da tradução destas cartas na cúria geral da Companhia em Roma, ordena-se que sejam escritas em latim. Mas se não fosse possível, que fossem enviadas em vernáculo. E, para assegurar que estas não se perdessem, sugeria-se que fossem enviadas em duas cópias, uma em latim, com bom estilo, mas sem excesso estilístico<sup>37</sup>, que seria copiada e transmitida as outras casas da Companhia; e outra

em vernáculo, como depois ficou ordenado nas Constituições<sup>38</sup>. Estas últimas, em qualquer língua que fossem escritas, deveriam, contudo, ser breves e conter notícias edificantes, de modo que pudessem ser lidas por todos<sup>39</sup>.

### **A troca de correspondência entre os membros da Companhia**

Também ao interno da ordem, as informações e notícias deveriam girar entre os superiores das várias regiões e entre os próprios jesuítas entre si. Assim, os jesuítas de uma mesma região, como ficará estabelecido nas Constituições<sup>40</sup>, deveriam escrever aos seus provinciais para os assuntos de consulta, uma vez por semana<sup>41</sup>. E, se não tivesse a possibilidade de enviar a correspondência regularmente, deveria continuar a escrever e enviar todas as cartas assim que houvesse oportunidade. A regra aplicada aos provinciais valia também para os superiores regionais, os deveriam escrever uma vez por semana, ou mês, ou ano, conforme a distância de Roma<sup>42</sup>.

Em relação aos jesuítas residentes no mesmo território, o provincial não tinha a obrigação de escrever-lhes com a mesma regularidade, mas somente nos casos necessários. Todavia, as Constituições ficou registrado que, salvo em casos particulares, os provinciais deveriam se comunicar com os jesuítas normalmente uma vez por mês<sup>43</sup>. Inácio entendia que este era o melhor modo para manter o bom governo do provincial e a maior união entre os membros da companhia.

Mas a comunicação de notícias não se limitava apenas às relações dos jesuítas com o vértice da Companhia. Inácio desejava que houvesse uma recíproca troca de informações entre as várias comunidades que operavam *na mesma região*. A circular de 27 de julho de 1547, enviada a toda a Companhia, ordenava:

*Aqueles de uma região, mesmo que não sejam vizinhos, se metam em comunicação entre eles, para fazer conhecer, de uma parte e da outra, aquilo que acontece. Como aqueles de Valência com os que estão na corte e em Portugal, aqueles de Bologna com aqueles de Florença, [...] para informá-los das próprias coisas e não daquelas dos outros<sup>44</sup>.*

Com este sistema, onde fosse possível, Roma poderia escrever somente a algumas comunidades e estas, por sua vez, repassar as informações recebidas.

Naturalmente, a mesma troca de notícias poderia acontecer não apenas ao interno de uma mesma região, como também *entre países diferentes*. Isto porque, a comunicação ao interno da Companhia não deveria conhecer barreiras de divisão.

Também no nível de provinciais entre si fomentou-se ao interno da Companhia uma assídua atividade epistolar. E o motivo para este incremento foi no contato epistolar foi a união da Companhia.

### **Sobre o modo de expedir as cartas**

Depois de escritas, as cartas deveriam ser enviadas para que chegassem a destinação. E este não era um problema de pequena conta, ainda mais quando a rede de comunicação era freqüentemente interrompida seja por questões naturais, seja por dificuldades diplomáticas entre as nações. Daí que o jesuíta, especialmente aquele que se encontrava em missão, deveria empenhar-se para encontrar uma via rápida e segura para expedir a sua correspondência<sup>45</sup>. Paris e Portugal, por exemplo, eram duas vias seguras para que as cartas chegassem a Roma.

Mas as cartas também poderiam ser entregues a um eclesiástico qualquer, ou a algum mercador, ou a qualquer outro viajante seguro, que fizesse chegar à destinação a carta enviada. Mediante o pagamento da tarifa de transporte, as cartas poderiam ser entregues a estas pessoas, e os jesuítas das cidades interessadas poderiam, ao visitá-las, receber as cartas enviadas.

Uma vez recebida, o responsável deveria anotar a data em que as cartas tinham sido escritas e aquela da sua chegada, notificando tudo depois aos superiores. Deste modo, se poderia conhecer quando uma carta tinha sido perdida ou desviada<sup>46</sup>.

Para que uma carta que contivesse um assunto importante ou de particular interesse chegasse com certeza a destinação, as Constituições ordenavam tais cartas fossem expedidas em dupla ou tripla cópia (*via*) e entregues a correios diferentes<sup>47</sup>.

Um outro meio era aquele de resumir brevemente no início da carta o conteúdo da carta anterior.

Finalmente, para assegurar a boa expedição da correspondência, especialmente nas regiões de missão, o jesuíta deveria não somente pagar as taxas devidas, como também manter boas relações com as pessoas que pudessem de qualquer forma ajudar, especialmente com os mercadores.

### **Formas e estruturas gerais das cartas dos jesuítas:**

É quase impossível estabelecer um padrão único que possa abranger todas as cartas dos jesuítas. No caso de Inácio de Loyola, por exemplo, nos quase 32 anos que compreende o seu epistolário a carta vai variando tanto na sua forma, quanto na sua estrutura, tanto por uma

evolução de estilo próprio de Inácio como pelos diferentes destinatários que não poucas vezes condicionavam a sua redação. De igual forma no que diz respeito aos demais jesuítas, especialmente dos que se encontravam em missões longínquas, onde até a falta de papel para escrever os obrigava a usar fórmulas abreviadas e estilos menos solenes.

Pelo que diz respeito a *extensão* das cartas, não há uma norma definida. Estas podiam variar de algumas poucas linhas que continha a mensagem enviada, quase um bilhete, até uma epístola longa de várias folhas. Todavia, observa-se que entre os dois extremos, a carta, não sendo *annua*, não passava de poucas páginas; no caso de Inácio, entre 40 e 50 linhas.

No que diz respeito à sua *estrutura*, a carta contava das seguintes partes:

*Invocatio*: a cruz (+) e o *Jhs*. O significado parece estar ligado aos Exercícios Espirituais, onde Inácio não iniciava qualquer ação sem antes se encomendar a Deus e a Jesus. Ao que parece, Inácio incorpora esta sua devoção particular como estilo próprio, que depois passa a toda a companhia, desde o seu primeiro documento, situando o sinal da cruz e o ideograma de Jesus sempre no começo e no centro da folha, primeiro a cruz e abaixo o *Jhs*, este último de várias formas<sup>48</sup>

*Salutatio*: consta de uma fórmula de tratamento e de uma fórmula de saudação. Quanto ao tratamento, tanto Inácio quanto os jesuítas recorrem a expressões determinadas nos formulários da época e que identificavam a classe social do destinatário. Quando se dirigiam aos bispos, por exemplo, era comum empregar a expressão “*Meu Senhor no Senhor Nosso*”, com as respectivas variações latinas: “*Il.mo et Rmo. in Xto.*”. Entre os jesuítas, em geral, empregava-se o “*Mto. rvdo. Padre no Senhor nosso*” ou “*Charissimo Padre em Jesus Christo*”.

*Exordio*: esta parte tem dois objetivos: situar a carta no momento da relação epistolar fazendo uma breve memória das precedentes e expressar bons desejos ao receptor, como uma *captatio benevolentiae*.

*Narratio*: é a parte central da carta, onde se trata do objeto da mesma, relatando os vários temas que são tratados, em geral, um por parágrafo. O tom pode ser diverso (informativo, exortativo, instrutivo, denunciante, questionador e suplicante).

*Conclusão*: em geral, o final da carta começa com uma “fórmula de transição” na qual o remetente se encomenda as orações e missas do receptor, dão-se as saudações e segue a “fórmula de despedida” que pode ser retoricamente mais elaborada.

*Significatio*: consta dos seguintes elementos: *lugar e data* de forma muito estereotipada, “*Desta casa del Collegio de los niños de Jesus, yo a 5 de agosto de 1552*”; *prefirma*: expressão de humildade e disposição e muda muito com o passar do tempo. Em geral são expressões que se

referem à pobreza e humildade do escritor e mudam para a disponibilidade e serviço; *firma*: muda muito de jesuíta a jesuíta. De apenas o primeiro nome até o nome e cargo bem definido<sup>49</sup>.

*Estilo*: aqui também, as variações são enormes. Todavia, observa-se uma característica geral: o pragmatismo: o modo de dizer e relatar brevemente os fatos de forma clara e resoluto, quando se tratam de negócios. Na correspondência geral não se deixam intuir (na medida do possível) expressões que indiquem qualquer afeto desordenado, mas pios e bons com modéstia e graça. A letra, quando não é bem caligráfica, ao menos é legível, distinta e correta, onde aparece uma eloquência sóbria, madura e religiosa.

Durante o governo do padre Francisco de Borja (1565-1572), em muitas cartas remetidas para a cúria de Roma, das diversas províncias da Companhia, quer da Europa, quer das missões ultramarinas, aparecem ao pé do endereço, algumas letras minúsculas, que não foram escritas pelo remetente. Às vezes, o estilo de algumas delas se integram no corpo do endereço como se fizessem parte dele. Um exemplo é a carta do padre Inácio de Azevedo, datada da nau “Santiago”, de Belém (Lisboa) a 2 de junho de 1570.

Estas letras, quase sempre minúsculas, são as iniciais dos nomes dos consultores do prepósito geral da Companhia (os Assistentes) e do secretário da Companhia. Quando o geral lia pessoalmente alguma carta, o seu sinal era uma cruz.

- + Francisco de Borja (Geral)
- m** Mirón (Assistente de Portugal)
- b** Benedito Palmio (Assistente da Itália)
- n** Nadal (Assistente da Espanha)
- e** Everardo Mercuriano (Assistente da Alemanha)
- p** Polanco (Secretário)<sup>50</sup>

Uma vez que a carta chegava a Roma, os amanuenses iniciavam a *vicaria*, isto é, faziam um resumo dos assuntos mais importantes da carta que deveriam ser respondidos na carta do geral. Para isto, normalmente se sublinhavam as passagens importantes, indicando os futuros parágrafos da carta de resposta com um número à margem<sup>51</sup>.

Às vezes, o secretário da respectiva assistência anotava na própria carta, ao lado do endereço, os pontos que fossem importantes para a confecção da carta de resposta pelo assistente, como se já fosse uma *minuta*<sup>52</sup>.

Finalmente, no endereço da carta, conforme a necessidade, o jesuíta poderia acrescentar a palavra *solí* para indicar que somente o geral da Companhia poderia ler a carta, sem a mediação dos amanuenses e até mesmo dos assistentes<sup>53</sup>.

Uma última observação ainda é necessária: a autoria das cartas *ex commissione*. Sabe-se que já Inácio de Loyola comissionava a escritura de cartas ao seu secretário Juan de Polanco. O mesmo se dava com as cartas anuais, comissionadas pelo provincial a um escolástico, por exemplo, como no caso de José de Anchieta. Neste caso, quem é o autor destes documentos? Muitos são os estudiosos da Companhia que recorrem à análise grafológica e/ou morfológica dos textos na tentativa de diferenciar os estilos próprios do escritor material e do “escritor moral”, procurando uma resposta para os casos específicos. O que se pode com certeza afirmar é que existe uma simbiose entre o escritor material de uma carta, por exemplo, e o ditador da mesma, onde a minuta entregue é fielmente reproduzida pelo escritor, muito embora com expressões e estilo próprio. A questão fica aberta, chamando a atenção dos pesquisadores para mais pesquisas.

## Conclusão

A dinâmica expansão da Companhia como um coletivo humano vigoroso por toda a Europa e parte das Índias necessitava de canais e vias de comunicação que conservassem a homogeneidade do grupo de jesuítas disperso. A correspondência epistolar aparece como meio único e privilegiado para conservar e aumentar a relação da “cabeça com os membros e dos membros entre si”.

A originalidade do modelo epistolar jesuítico é múltiplo. Não surge motivada pela necessidade de um intercâmbio pessoal cultural próprio dos humanistas (partilhar o saber); nem tem como finalidade uma mera e simples amizade iniciada tempos atrás; tão pouco se insere nos interesses da epistografia ensaística típica das dissertações filosóficas, nem como meio para contar-se ou narrar-se de modo autobiográfico.

A epístola inaciana é antes de tudo *pragmática*, mensagens voltadas para a ação. Atos em grande medida orientados a ir acrescentando uma autocompreensão corporativa, a entender-se como partes de um “corpo” maior e transcendente ao sujeito e sua subjetividade, tão intensamente defendida no século XVI.

A carta, para Inácio, deveria ser o meio ideal para lembrar ao jesuíta a sua vinculação com a “cabeça”, com um centro “fora de si”, neste caso, com Roma e o Geral, o qual se mantinha fielmente unido através da obediência cuja expressão frequentemente se visualizava através das cartas.

Como já se viu no início deste artigo, o valor da correspondência na Companhia está claramente fixado nas Constituições, onde é indicado o bem que as epístolas realizam entre os

jesuítas: *consolação e edificação mútua*. De igual forma, fica claro quanto as cartas são necessárias para o bom governo dos jesuítas e da Companhia<sup>54</sup>.

Depois de individualizarmos algumas notícias sobre as instruções iniciais para os operários no seu campo de trabalho e nas suas relações com a cabeça e o corpo da Companhia, podemos tirar ainda algumas conclusões finais.

Em primeiro lugar, as instruções sobre o modo de escrever na Companhia manifestam a preocupação de Inácio em evitar que os jesuítas fossem causa ou ocasião, ainda que involuntariamente, de escândalo e pecado para os outros. A vida e o modo de proceder dos jesuítas, quanto possível, deveria ser motivo de edificação para todos os que tomassem contato direto e indireto com a Companhia. Para os membros da Companhia, a escrita, além de ser um ato formal de informar, era, sobretudo, mais um meio apostólico para salvar as almas, em consonância com a mística que todo jesuíta vivenciava nos Exercícios Espirituais. Através da escrita, os que estavam atuando na *serra do Senhor* eram estimulados a dar, pessoal e comunitariamente, a sua contribuição no apostolado local e universal da Companhia.

A Companhia fundada por Inácio de Loyola sempre teve como ideal a alcançar, a contínua busca da maior glória de Deus. Por isso, era dever deste corpo discernir a vontade de Deus, não apenas nas situações de grande relevo, mas também naquelas de pouca importância. Conhecendo a vontade divina, poderia empenhar-se completamente na sua consecução.

Para alcançar este objetivo, não bastava uma hierarquia de comando e governo, onde o superior ditasse o caminho a percorrer. Era necessário, junto com a responsabilidade daquele que enviava, a colaboração daquele que era enviado. A escrita influía na determinação das instruções e facilitava as suas aplicações.

Das instruções que examinamos aparece em continuação uma idéia de fundo que constitui uma espécie de *leitmotiv* em todas elas: é o conceito de edificação. Qualquer que fosse o ministério exercitado pelo jesuíta, este sempre era feito para edificar.

Finalmente, pela escrita se dava também a união dos membros da Companhia entre si e com a cabeça, e através desta, se realizava a *maior glória de Deus*.

### **Abreviações usadas**

*Const.* – Constituições da Companhia de Jesus

*Const. I* – *Momumenta Constitutionum praevia* (= MHSI 63)

*Const. II* – *Constitutiones Societatis Jesu. Textus hispanus* (= MHSI 64)



*MI Epp – Monumenta Ignatiana. Epistolae et inustructiones* (= MHSI 22, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 42)

## **Bibliografia**

ABREU, Márcia. *Cultura letrada. Literatura e leitura*. São Paulo: UNIESP, 2004.

BARZOTTO, Leoné Astride. *A tradição oral ameríndia em uma tessitura literária intersemiótica*. [www2.uel.br/revistas/boitata/volume-2-2006/ARTIGO%20LEON%20REVISA-DO.pdf](http://www2.uel.br/revistas/boitata/volume-2-2006/ARTIGO%20LEON%20REVISA-DO.pdf) [26.08.08]

CAVALLO, Guilielmo – CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1997.

CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas. Foucault, de Certeau, Marin*. Buenos Aires, Manacial, 1996.

\_\_\_\_\_. *Libros, lecturas y lectores em la Edad Moderna*. Madrid: Alianza Universidad, 1994.

\_\_\_\_\_. *Cultura escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

COSTA, Renata Ferreira. *Abreviações: simplificação ou complexidade da escrita? Histórica. Revista On-line do Arquivo Público do Estado* (São Paulo), v. 1, nº 15 (2006): s/pp.

DAHER, Andréa. *Escrita e conversão. A gramática tupi e os catecismos bilíngües no Brasil do século XVI, in Revista Brasileira de Educação*, n. 8 (1998): 31-43.

DARNTON, Robert. *Edição e sedição. O universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura impressa. Os primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

FARIA, Marcos Roberto de. *Os jesuítas e a contra-reforma: contribuições para a história da leitura no Brasil-Colônia*. [www.alb.com.br/anais16/sem07pdf/sm07ss02\\_05.pdf](http://www.alb.com.br/anais16/sem07pdf/sm07ss02_05.pdf) [26.08.2008] s/pp.

GARCÍA DE CASTRO, José. *Cartas*, in “Diccionario de Espiritualidad Ignaciana. Grupo de Espiritualidad Ignaciana. Vol. 1. Bilbao-Santander: Mensajero-Sal Terrae, [2007], pp. 294-306.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição. Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. São Paulo: Papirus, 1998.

HAVELOCK, Eric A. *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*. São Paulo: UNESP-Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *A musa aprende a escrever. Reflexões sobre a oralidade e a literatura da Antiguidade ao presente*. Lisboa: Gradiva, 1996.

RUIZ JURADO, Manuel. *Escritura de Polanco o de S. Ignacio?*, in *Archivum Romano Societatis Iesu*, 77 (2008), pp. 321-345.

LAMALLE, Edmond. *L'archivio di um grande Ordine religioso. L'Archivio Generale della Compagnia di Gesù*, in *Archiva Ecclesiae*, XXIV-XXV/1 (1981-1982): 89-120.

NEUMANN, Eduardo. *A escrita indígena nas reduções jesuítico-guarani*. 26ª. Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, SBPH, julho de 2006. s/pp.

OLSON, David R. *O mundo no papel. As implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1997.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita*. São Paulo: Papirus, 1998.

*Sancti Ignatii de Lodola, Societatis Jesu fundatoris epistolae et instructiones*, 12 vols. [ed. por M. Lecina, V. Augusti, F. Cervos e D. Restrepo], Matriti: IHSI, 1903-1911 (= MHSI 22, 26, 29, 31, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 42).

*Sancti Ignatii de Loyola Constitutiones Societatis Jesu*. Tomo I: *Monumenta Constitutionum praevia*; Tomo II: *Textus hispanus* [ed. por A. Codina], Romae: IHSI, 1934, 1936 (= MHSI 63 64)

SPANU, Dionigi. *Inviati in missione. Le istruzioni date da S. Ignazio*. Roma: CIS, 1979.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. *A escrita jesuítica da história das missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII)*. XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006, 11 p.

TORRES LONDOÑO, Fernando. *Escrevendo Cartas. Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI*, in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43 (2002): pp. 11-32.

ZUMTHOR, Paul. *A leitura e a voz. A "literatura" medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

---

<sup>1</sup> ARSI, Bras. 3/1, ff. 27r-30v.

<sup>2</sup> **Nicolau (Alonso) de Bobadilla** foi co-fundador da Companhia de Jesus. Nasceu em 1509, em Bobadilla del Camino (Palencia), Espanha; morreu em 23 de setembro de 1590, em Loreto, Itália. Foi ordenado sacerdote aos 24 de junho de 1537, em Veneza e fez os últimos votos em setembro de 1541, em Roma.

<sup>3</sup> MI, *Epp.* I, pp. 280-281.

<sup>4</sup> **Juan Alfonso de Polanco** era secretário e vigário geral da Companhia. Nasceu em 24 de dezembro de 1517, em Burgos, Espanha; morreu aos 20 de dezembro de 1576, em Roma. Entrou na Companhia em Roma, em 1541; foi ordenado em 1546, em Pádua e fez os últimos votos aos 25 de março de 1549, em Roma.

<sup>5</sup> MI, *Epp.* I, p. 537.

<sup>6</sup> Sobre este tema, veja-se MI, *Const.* II, *Textus a*, P. VIII, c. 3, p. 229, n° 3°; *Textus A e B*, P. VIII, c.1, p. 620, n° 3 [673]; *Textus a*, P. X, n° 9°, pp. 255-256; *Textus A e B*, P. X, n° 9, p. 722 [821]; *Textus a*, P. VII, c. 2, p. 221, linhas 49-51; *Textus B*, P. VII, c. 2, pp. 590-592, linhas 36-45 [629].

<sup>7</sup> A motivação para escrever pedindo ajuda com conselhos oportunos é mencionada com frequência nas instruções. Para isto, veja-se MI, *Epp.* I, p. 607, 10: que se refere aos jesuítas residentes em Portugal; mas também na MI, *Epp.* XIII, p. 242, 14: aos jesuítas que são enviados a Inglostadt; MI, *Epp.* III, p. 311, 5º: ao P. Andréa Oviedo, superior de Tivoli.

<sup>8</sup> *Ad maiorem Dei gloriam* significa “para a maior glória de Deus”. A frase se encontra pela primeira vez nos *Diálogos* (1,2) de São Gregória Magno, se bem que na Primeira carta de São Paulo aos Coríntios já se achasse uma sua variação: *in gloriam Dei*. Inácio de Loyola adotou-a nos Exercícios Espirituais, na Fórmula do Instituto e nas Constituições da Companhia. Por esta razão, passou a expressar não somente um motivo da Companhia em si, mas uma síntese de toda a mística inaciana, segundo a qual todo o jesuíta deve estar profundamente imbuído e tanto comprometido de fazer dela a razão da sua vida apostólica na Companhia.

<sup>9</sup> MI, *Epp.* I, pp. 537-540; ver também MI, *Epp.* II, pp. 675-676, onde, falando aos superiores da Companhia em data de 7 de fevereiro de 1550, sobre a utilidade do escrever, se sublinham alguns conceitos já expressos na circular de 27 de julho de 1547.

<sup>10</sup> **Paschase Broët (Brouay)**, co-fundador da Companhia, nasceu cerca de 1500, em Bertrancourt (Somme, França); morreu em 14 de setembro de 1562, em Paris. Foi ordenado aos 12 de março de 1524, provavelmente em Amiens (Somme) e fez os seus últimos votos aos 24 de abril de 1541, em Roma.

**Alfonso Salmerón**, co-fundador da Companhia, pregador e teólogo. Nasceu aos 8 de setembro de 1515, em Toledo, Espanha; morreu aos 13 de fevereiro de 1585, em Nápolis. Entrou na Companhia aos 8 de setembro de 1537, em Veneza e fez os últimos votos em 22 de abril de 1541, em Roma.

<sup>11</sup> MI, *Epp.* I, pp. 730-731.

<sup>12</sup> MI, *Epp.* I, pp. 236; 734. **Pierre Fabro (Faber, Favre, Lê Fèvre)**. Co-fundador da Companhia. Nasceu em 13 de abril de 1506, em Villaret (Saboya), na França; morreu em 1 de agosto de 1546, em Roma. Foi ordenado aos 30 de maio de 1534, em Paris, e professou os últimos votos aos 9 de julho de 1541, em Ratisbona (Baviera), Alemanha. **Claude Jay [Le Jay, Jayo]**. Co-fundador da Companhia. Nasceu aproximadamente em 1500 ou 1504, em Vers-les-Jay (Alta Saboya), França; morreu aos 6 de agosto de 1552, em Viena. Foi ordenado aos 28 de março de 1528, em Genebra e fez os últimos votos em 22 de abril de 1541, em Roma.

<sup>13</sup> MI, *Const.* II, Textus a, P. VII, c. 2, p. 222, linhas 67-68; Textus A e B, P. VII, c.2, p. 590, linhas 15-18 [626].

<sup>14</sup> MI, *Epp.* I, pp. 544-546.

<sup>15</sup> MI, *Epp.* I, p. 177.

<sup>16</sup> **Simão Rodrigues de Azevedo**. Co-fundador da Companhia. Nasceu em 1510, em Vouzala (Viseu), Portugal; e morreu aos 15 de julho de 1579, em Lisboa. Recebeu a sua ordenação sacerdotal em 24 de junho de 1537, em Alba (Veneza); fez os últimos votos em 25 de dezembro de 1544, em Évora, Portugal.

<sup>17</sup> MI, *Epp.* I, p. 235.

<sup>18</sup> MI, *Epp.* I, pp. 236-237.

<sup>19</sup> MI, *Epp.* I, p. 236.

<sup>20</sup> MI, *Epp.* I, p. 237.

<sup>21</sup> MI, *Epp.* I, pp. 237, 238.

<sup>22</sup> MI, *Epp.* I, pp. 547-548.

<sup>23</sup> Ver a cifra de Acquaviva nos anexos 1 a 3 : *Bras.* 2, ff. 2-3; 56-59

<sup>24</sup> MI, *Epp.* IV, p. 421, 12º, 7º.

<sup>25</sup> MI, *Const.* II, Textus B, P. VIII, c. 1, p. 622, linhas 45-46 [675]; Textus A e B, P. VIII, c. 1, p. 620 linha 30 [673].

<sup>26</sup> MI, *Epp.* IX, pp. 91; 94.

<sup>27</sup> MI, *Epp.* II, pp. 479, 2º.

<sup>28</sup> É o caso de Broët e Salmerón (MI, *Epp.* I, p. 176).

<sup>29</sup> Como foi o caso do escolástico Sebastiano Romei, enviado na Corsica (MI, *Epp.* IV, p. 648, 1º)

<sup>30</sup> MI, *Const.* II, Textus A e B, P. VIII, c. 2, p. 590, linhas 15-18 [626].

<sup>31</sup> MI, *Epp.* I, pp. 548-549, 3º; pp. 550; 606, 1; III, pp. 499-500; IV, pp. 563-564; VIII, p. 92.

<sup>32</sup> MI, *Const.* II, Textus B, P. VIII, c. 1, pp. 620, 622 [674-676].

<sup>33</sup> MI, *Epp.* I, p. 548, 1º -2º; p. 550, 607, 10; II, p. 479, 648.

<sup>34</sup> MI, *Epp.* I, p. 551; II, p. 275; IV, pp. 105, 42; 109, 42; V, 12, 16º.

<sup>35</sup> MI, *Epp.* II, pp. 646-647.

<sup>36</sup> MI, *Const.* II, Textus B, P. VIII, c. 1, pp. 620-622 linhas 39-42 [674].

<sup>37</sup> MI, *Epp.* VIII, pp. 539-540.

<sup>38</sup> MI, *Const.* II, Textus B, P. VIII, c. 1, pp. 622 M [674]

<sup>39</sup> MI, *Epp.* II, pp. 647; 676-677.

<sup>40</sup> MI, *Const.* II, Textus B, P. VIII, c. 1, p. 620, linhas 32-35 [674].

<sup>41</sup> MI, *Epp.* XII, p. 226, 3º; XI, p. 369, 14.

<sup>42</sup> MI, *Const.* II, Textus B, P. VIII, c. 1, p. 620, linhas 35-39 [674].

<sup>43</sup> MI, *Const.* II, Textus B, P. VIII, c. 1, p. 622, linhas 40-42 [674].

<sup>44</sup> MI, *Epp.* I, p. 546, 14°.

<sup>45</sup> MI, *Epp.* I, p. 607, 2; XI, p. 365, 30; p. 636, 8°.

<sup>46</sup> MI, *Epp.* I, pp. 542-543, 3°; IX, p. 92, 14; pp. 95-96, 14.

<sup>47</sup> MI, *Epp.* I, p. 176; MI, *Const.* II, *Textus B*, P. VIII, c. 1, p. 622, linhas 47-48 [675-676].

<sup>48</sup> Veja-se o anexo 1.

<sup>49</sup> No final da carta, como modo de conclusão, depois do protocolo final, substituindo a fórmula *Deus guarde a V. P.*, algumas vezes se usa três letras abreviadas: **D V P** [*De Vossa Paternidade*]. Nas cartas escritas, ao lado da assinatura colocava-se um + para substituir um timbre. Ver anexo 2.

<sup>50</sup> No que diz respeito ao Brasil isto se pode observar nos anexo 3.

<sup>51</sup> Ver anexo 4.

<sup>52</sup> Veja-se o anexo 5.

<sup>53</sup> Conforme os anexos 6 e 8.

<sup>54</sup> Numa conferência recentemente proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, cujo artigo será publicado em breve, o prof. Fernando Londoño ilustra perfeitamente esta idéia quando utiliza uma expressão que sintetiza o governo da Companhia através da escrita: “governar escrevendo e escrevendo governar”.